



Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmiento

O MUNICIPALISMO PORTUGUÊS — UMA VISÃO DO FUTURO.

ABECASIS, Nuno Krus

Ano: 1993 | Número: 103

Como citar este documento:

ABECASIS, Nuno Krus, O municipalismo português — Uma visão do futuro. *Revista de Guimarães*, 103 Jan.-Dez. 1993, p. 411-421

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmiento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt
URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



casadesarmiento

centro de estudos do património

O municipalismo português – Uma visão do futuro

Nuno Krus Abecasis

Revista de Guimarães, n.º 103, 1993, pp. 411-421

É para mim uma distinção poder associar-me à homenagem que a Câmara Municipal de Guimarães e a Sociedade Martins Sarmiento hoje prestará a Alberto Vieira Braga, vosso ilustre concidadão, que tanto dedicou do seu labor e saber ao estudo da Administração Municipal desta cidade berço de nacionalidade, na passagem do seu centenário.

Encarregado de dirigir os destinos de Lisboa durante a década de oitenta, pela força da vontade popular, expressa em três eleições consecutivas, acumulei alguma experiência no campo da gestão autárquica e isso me permite afirmar-vos que o exercício das funções de Presidente de uma Câmara, é a mais apaixonante e envolvente tarefa que pode ser atribuída a um político.

Com efeito, num país como Portugal, com uma tão forte tradição municipalista, o desempenho de tal cargo constitui, no mais profundo sentido da palavra, uma tarefa a tempo inteiro, tal é o envolvimento que exige com as populações e tal é a diversidade dos assuntos para que, constantemente, é chamada a sua atenção.

Quem conheça Portugal, de Norte a Sul e de Nascente a Poente, quem se encontre, frequentemente, com os seus autarcas e possa testemunhar o seu amor pelas suas terras e a dedicação pelos seus povos, quem tenha vivido e participado nos estudos e nos trabalhos

feitos, empenhadamente, no âmbito da Associação Nacional de Municípios, para que as leis que nos governam sejam mais perfeitas e adequadas à realidade que somos e para que os recursos postos à nossa disposição sejam mais abundantes, mas também mais perfeita e rigorosamente administrados, quem tenha tido este privilégio, como eu tive, pode testemunhar, aqui e por toda a parte, que os autarcas que temos são a reedição dos “homens bons” que construíram a nossa história passada e que, hoje, se oferecem, inteiros, de corpo e alma, para construir o Mundo Melhor porque Portugal anseia.

Terras adormecidas durante decénios, um pouco por todo o espaço que somos, acordaram e mobilizaram-se para enfrentar os desafios do futuro e proporcionar aos seus filhos a vida de progresso e de cultura, que é indispensável nos nossos dias.

Nas aldeias do alto das serras, ou nas do fundo dos vales, surgiu a tão ambicionada electricidade e com ela o contacto com o Mundo. Captaram-se águas e estas foram distribuídas domiciliariamente, onde nem fontanários existiam. Multiplicaram-se redes de saneamento e rasgaram-se estradas e caminhos. Os lugares aproximaram-se e os portugueses deram-se as mãos para preparar esta grande festa do desenvolvimento e da conquista da dignidade dos homens.

Autarca é aquele que está mais próximo do seu povo e com ele partilha as mesmas carências, os mesmos anseios e vive as mesmas ambições e frustrações. Talvez que, por isso, em Portugal se esteja a revelar uma nova classe política, para a qual o poder tem o sabor do Serviço e a realização pessoal exige o esforço tenaz e a imaginação fértil, a capacidade de persistência e de sacrifício, a insatisfação operante que não dá por finda a tarefa enquanto a felicidade não for generalizada, a injustiça esconjurada, a riqueza aumentada e repartida e a face da parcela do mundo que lhe foi confiada, transformada e resplandecente.

É este Portugal libertado, é este Portugal honrado e dignificado, é este Portugal desenvolvido e solidário, que começa a crescer a partir das aldeias e vilas, das nossas freguesias e cidades, fruto da sabedoria do seu povo que sempre soube escolher, para o governar, aqueles a

quem chamou, desde os primórdios da nacionalidade, os seus “homens bons”.

Quando em 1976, na Assembleia da República, participei na elaboração das primeiras leis autárquicas do pós 25 de Abril – a Lei das Atribuições e Competências das Autarquias e a Lei das Finanças Locais – nem eu, e suponho nem nenhum dos meus pares, nos apercebemos da importância fundamental que viria a assumir, na construção do futuro de Portugal, o edifício de que, então, lançávamos as fundações.

Contudo, uma certeza nos possuía: a de que estávamos a reanimar um órgão fundamental da Administração Pública portuguesa, cuja importância vinha dos recuados tempos de D. Afonso III quando, pela primeira vez, os procuradores dos concelhos tinham conquistado o seu lugar nas Cortes de Leiria.

Recordo particularmente a elaboração da longa lista das competências das Câmaras, onde se sucedia à administração das águas públicas a gestão de cemitérios e jazigos, a numeração de edifícios e a atribuição da denominação de ruas e praças e tantas outras, cuja delimitação e conteúdo, mas principalmente cuja integração na vida do dia a dia dos cidadãos, tinha para nós contornos tão pouco claros. Hoje, e depois da experiência porque passei na década de oitenta, não hesitaria em dizer que eram competências das câmaras todas as matérias que, de uma forma ou outra, pudessem condicionar ou favorecer o desenvolvimento e a realização plena, na justiça na liberdade, na solidariedade e na alegria de viver, das comunidades humanas sediadas no espaço cuja gestão está confiada aos autarcas.

Fundamentalmente, a instituição do poder autárquico veio restituir às populações a noção de que depende da sua mobilização e da sua vontade colectiva o quebrar-se o ciclo do subdesenvolvimento e que todos somos actores, a corpo inteiro, da caminhada para novas fronteiras de bem estar e paz social. Nesta caminhada democrática, compete aos gestores autárquicos a liderança, a consciencialização e a dinamização das comunidades para esta tarefa comum.

No fundo, foi esta novidade, esta descoberta e este empenhamento colectivo que permitiram multiplicar recursos, remover dificuldades e despertar o espírito inventivo e de iniciativa, para arrancar da modorra asfixiante e mortal tantas e tantas cidades, vilas e lugares que, por esse Portugal fora tinham perdido a esperança e, de dia para dia, mais se despovoavam e abandonavam a luta indispensável à vida e propiciadora de melhores tempos.

Todos nós conhecemos e presenciámos este novo fôlego que electrizou Portugal e lhe transformou a face. Cidades como Castelo Branco, a Guarda ou Portalegre, Viseu ou esta própria cidade de Guimarães, que diferentes são hoje do que eram dezoito anos atrás. A sua modernização e expansão, a recuperação das zonas históricas outrora abandonadas à sua sorte, o aparecimento de novas estruturas difusoras da cultura ou de ocupação dos tempos livres; o seu equipamento desportivo, à disposição dos jovens e dos adultos; a iluminação pública renovada e reforçada; o tratamento e distribuição domiciliária das águas; o estabelecimento de redes de saneamento e estação de depuração e tratamento de esgotos; a renovação e extensão, a novos ramos, do seu comércio; a instalação de serviços e a captação de novas indústrias, deixaram de ser privilégio exclusivo de Lisboa e do Porto e de algumas, poucas, outras cidades.

Quando reflectimos sobre o volume dos poucos recursos postos à disposição das Câmaras, a falta de formação académica de grande parte dos autarcas e a escassez ou ausência de quadros técnicos disponíveis, temos bem a medida dos milagres que podem ser realizados pelo querer forte e determinado de toda uma comunidade.

É deste municipalismo português e do futuro que para ele antevejo, que hoje aqui vim falar-vos.

A meu ver, é difícil, senão impossível, marcar os limites precisos da acção municipal e tanto assim é, que a Europa, ao procurar construir a união que, cada dia, liga mais fortemente os países que a compõem, vai por outro lado criando e fortalecendo as suas regiões e dando uma importância crescente às suas cidades. Com efeito, num espírito que de algum modo se assemelha ao da Idade Média, as

ciudades vão-se consciencializando da importância que possuem como espaços de florescimento cultural e de encontro dos homens, para a concretização de objectivos comuns, espaços que cada dia mais se querem pacíficos e atractivos para que todos possam usufruir dessa melhoria da qualidade de vida que é hoje uma ambição generalizada. Ao crescerem nesta direcção, as cidades perceberam que todas possuem, em comum, esta mesma ambição e é por isso que hoje assistimos à implementação de um associativismo cidadão que transpõe fronteiras, continentes e oceanos e a todas interliga, num clima de troca de experiências e mesmo de cooperação, que fortemente contribui para o desenvolvimento e, conseqüentemente, para a construção da paz universal.

Acentuo este aspecto para demonstrar a dificuldade de estabelecer limites à actuação municipal, pois que hoje ela transcende o seu espaço geográfico e vai mesmo assumindo dimensões transnacionais.

Regresso pois atrás, à afirmação que fiz de que as competências municipais englobam tudo o que, de uma forma ou de outra, condiciona ou favorece o desenvolvimento e a realização das comunidades humanas que no seu espaço residem.

Com efeito, a educação, a habitação, o lazer, os tempos perdidos em transportes, a cultura, a valorização do património, a segurança de pessoas, bens e haveres, a protecção na adversidade, a defesa contra cataclismos, a disponibilidade de bens e serviços, o apoio aos mais fracos e indefesos, a integração e a outorga do direito de participação aos deficientes, a defesa do ambiente, o acolhimento dos turistas, a protecção das minorias, sem violentar os seus patrimónios culturais, a criação de empregos, a generosa ajuda aos países do sul e, no nosso caso, aos novos países que falam a nossa língua, a solidariedade operante com as regiões menos desenvolvidas do nosso próprio país, a generalização da sã prática desportiva generalizada e, em especial, para a juventude, o empenhamento dos jovens e a sua dinamização para a construção do bem comum, o reconhecimento de todas as

oportunidades de promover o desenvolvimento, são factores que diariamente devem preocupar os gestores municipais.

Perante um horizonte tão vasto de questões e preocupações, torna-se indispensável facultar às autarquias bens financeiros suficientes, sistemas de informação eficazes e recursos humanos adequados à resolução dos complexos problemas que lhes são propostos. Quanto aos meios financeiros, não-de eles resultar da aplicação do tão falado princípio da subsidiariedade que, para ser real, exige uma progressiva transferência negociada de tarefas e recursos da administração central para a local, sempre que se verificar que as tarefas envolvidas são mais eficazmente desempenhadas por esta do que por aquela. A meu ver, contudo, o problema não se esgota deste modo, pois é igualmente importante que os gestores autárquicos desenvolvam a solidariedade local e, ao proporcionarem novas ocasiões de enriquecimento, criem os mecanismos adequados para que aqueles que dele usufruem, compreendam a função do lucro e participem, na justa medida, no esforço de desenvolvimento da colectividade.

Quanto aos meios de informação, torna-se indispensável que os autarcas entendam que, cada dia mais, a correcta tomada de decisões pressupõe a disponibilidade de atempada e rigorosa informação sobre os diferentes níveis de actividade: financeira, patrimonial, de produção, de recursos humanos, de pesquisa e desenvolvimento, de marketing. Já lá vai o tempo da “Voz de Comando” e, nas autarquias, como nas empresas, quem menospreza ou deliberadamente esquece os modernos meios de gestão não pode esperar mais do que o desastre.

Estamos pois chegados aos recursos humanos. Tudo o que dissemos implica a urgente reciclagem técnica de gestores e agentes autárquicos e a disponibilidade e uso dos meios que a moderna tecnologia nos põe à disposição. Este esforço de reciclagem, passando fundamentalmente pela disponibilidade individual e pela consciência da gravidade do compromisso assumido, carece contudo de dispor de estruturas adequadas à sua concretização. A meu ver, quer a

Associação Nacional de Municípios, quer o Centro de Estudos de Formação Autárquica, quer mesmo as instalações universitárias, hoje tão generosamente espalhadas pelo país, seriam as sedes ideais para a concretização do urgente “up-grading” dos nossos autarcas, único meio eficaz para ultrapassarmos o actual estágio e podermos avançar para novas e mais complexas tarefas.

Para reforçar esta indispensabilidade de formação, gostaria de assinalar que a longa lista de tarefas, há pouco enunciadas, que diariamente devem preocupar os gestores municipais modernos, deve ser entendida na complexidade das interligações que nela própria estão implícitas. Com efeito, não é possível ambicionar a segurança quando não se promoveu a justiça, não se facultou o trabalho e a habitação, numa palavra, quando não se promoveu a plena dignidade humana entre os cidadãos.

Referi há pouco a importância do Associativismo Municipal e, em particular, a sua expressão relativamente aos municípios dos países africanos de língua portuguesa. Não quero perder a oportunidade para salientar, aqui, a importância que este movimento, já hoje intenso e assumido por grande número de municípios portugueses, virá a ter para o futuro, quer de Portugal, quer desses próprios países. Com efeito, o Município é, por excelência, a melhor tradução da sociedade Civil e, na justa medida em que se intensificarem as relações e a cooperação entre cidades portuguesas e africanas, com a implícita troca de informações, cedência de Know-How, treinamento de pessoal e visitas recíprocas, assim se promoverá a sensibilização e mobilização das sociedades civis, de um lado e outro, para a importância e urgência de, juntos, construirmos um destino comum, livremente aceite e procurado, que dê seguimento e consolide as raízes criadas ao longo de séculos de convivência. Esta uma forma de os municípios portugueses facultarem ao Portugal Europeu o decisivo valor acrescentado da inter-locação privilegiada com a África, única via que se me afigura possível para conquistarmos um lugar próprio e privilegiado na Comunidade.



casadesarmento

centro de estudos do património

Referidas, ainda que ligeiramente, algumas virtualidades do associativismo municipal, não quero passar por cima dessa outra realidade autárquica que urge implementar em Portugal – as Regiões. Não me refiro a elas por ser moda, ou por encobertas razões políticas, mas tão somente porque estou convencido de que, também aqui, se aplica o princípio da subsidiariedade, particularmente no que se refere ao combate às assimetrias do desenvolvimento que, ainda hoje, são, entre nós, um factor de injustiça social e um travão ao completo, equilibrado e autosustentado desenvolvimento da comunidade nacional.

Creio firmemente que será no seio das Regiões que se desenvolverá em pleno o espírito de solidariedade que, espontaneamente, já hoje despontou entre os municípios portugueses. Creio mesmo que a única forma que os municípios mais fortes e desenvolvidos têm de se proteger contra o volume crescente de emigrações, provenientes das zonas mais atrasadas, que acabam por fazer explodir as suas estruturas e abalam, tantas vezes, a sua paz social, reside na determinação e capacidade que demonstrarem para ajudar ao desenvolvimento dessas mesmas zonas.

Penso que ao delinear as Regiões se deve ter em conta a indispensabilidade de as dotar do conjunto de recursos e meios de comunicação indispensáveis ao desenvolvimento de qualquer território. Quero dizer com isto que me parece um erro fatal pensar a regionalização em termos de criar regiões internas e regiões litorais, num país como Portugal, em que o atraso do interior em relação ao litoral é não só tremendo, mas também secular. Fazê-lo, é não só perder uma oportunidade única, como coordenar as zonas interiores a se distanciarem cada vez mais, em termos de desenvolvimento, das suas vizinhas litorais.

Penso que Portugal traz assinalada na sua geografia a forma ideal da regionalização. Com efeito, o nosso território é atravessado, de lado a lado, por grandes rios em cuja foz se localizam os nossos principais portos de mar. É assim com o Douro, com o Vouga, com o Mondego e com o Tejo e, parcialmente, com o Minho e com o Sado. Por outro

lado, está dotado, de norte a sul, de um eixo viário próximo do litoral, outro a meia distância da fronteira e, espera-se que em breve, um outro junto à fronteira. A estes eixos viários norte-sul podem juntar-se a linha ferroviária do Norte, como reforço do eixo viário litoral e a linha da Beira Alta, que urge completar com o troço Vila Franca das Naves. Pocinho, como reforço do eixo viário central. Por outro lado ainda, o país é cortado de leste a leste, por um conjunto de itinerários principais, sensivelmente paralelos aos cursos dos seus principais rios.

Que concluir, pois, de tudo isto? Para mim torna-se claro que, se fizéssemos coincidir as futuras regiões com as bacias hidrográficas destes grandes rios, cada uma delas ficaria dotada de um conjunto de zonas de diferente desenvolvimento capazes, por isso, as mais desenvolvidas de tracionarem as que o são menos, de um ou mais eixos viários principais longitudinais, ligando o litoral à fronteira e daí dando seguimento para a Europa, de um porto de mar, capaz de escoar os seus produtos, de um curso de água, também longitudinal, que permitiria a gestão integrada dos recursos hídricos, envolvendo o abastecimento de água potável e favorecendo o estabelecimento das redes de saneamento e suas estações de tratamento, para lá de, nalguns casos, também servir de via de comunicação e, desde já, também em alguns casos, e a curto prazo, em todos os outros, de aeródromos capazes de assegurar fáceis e rápidas ligações aéreas, internas ou com o exterior, tanto para pessoas como para mercadorias.

Por outro lado, todas estas regiões seriam solidamente ligadas entre si pelos três eixos rodoviários norte-sul e pelos dois eixos ferroviários que seguem no mesmo sentido, assegurando a coesão nacional, também assim, bem como o desenvolvimento das sinergias inter-regionais. Acrescente-se a este quadro a preocupação de localizar as capitais regionais tão próximo quanto possível do eixo viário norte-sul central e aí teremos reunidas, quanto a mim, as condições ideais para que da regionalização resulte o efectivo reequilíbrio do desenvolvimento do país, para que não se prejudique a unidade nacional, para que se maximize a utilização de todos os nossos



recursos, para que se desenvolva a solidariedade intermunicipal, para que se evitem as duplamente nocivas emigrações do interior para o litoral, numa palavra, para que se criem as condições para que Portugal se torne, tão rapidamente quanto possível, um país moderno e desenvolvido e, tudo isto, respeitando as indicações preciosas que a nossa geografia nos proporciona.

Estou certo de que, se os interesses nacionais prevalecerem sobre outros menos claros, assim se fará.

Vou terminar e, se me permitem, as minhas últimas palavras serão para os autarcas aqui presentes, meus amigos queridos de tantos anos, meus companheiros de uma aventura e de um esforço que, apesar de tudo, transformou Portugal.

É lícito perguntarmo-nos, meus amigos, se apesar de todas as injustiças, apesar de todas as frustrações que temos sofrido, apesar da escassez dos meios de que temos disposto, apesar de tanta incompreensão e crítica injusta, apesar da humildade do trabalho a que somos chamados, apesar da raiva que temos, tantas vezes, ao sentirmo-nos impotentes para avançar com a velocidade que as situações exigiam, se apesar de tudo isto, valeu a pena?

Por mim vos respondo:

Cada vez que se vence um obstáculo – valeu a pena!

Cada vez que se abre uma escola – valeu a pena!

Cada vez que se constrói uma casa – valeu a pena!

Cada vez que se abre uma estrada – valeu a pena!

Cada vez que se ilumina um caminho – valeu a pena!

Cada vez que se planta uma árvore – valeu a pena!

Cada vez que se desperta a esperança de quem já não a tinha – valeu a pena!

Porque a vida dos homens é feita destas pequenas coisas que condicionam a sua realização e a sua felicidade.

Porque a missão que escolhemos foi a de melhorar a vida dos homens.

Valeu a pena!